

CONTRIBUIÇÃO DO BANCO DA AMAZÔNIA PARA O FORTALECIMENTO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

EDITORIAL

O desenvolvimento socioeconômico de uma região só é atingido pela superação de alguns óbices, que de certa forma, são comuns a boa parte das regiões deprimidas do mundo, como: baixos níveis educacionais, infra-estrutura econômica e social precárias, deficiência na geração de conhecimento, baixa poupança interna, insuficiência na prestação de assessoramento técnico aos pequenos e médios negócios entre outros. Desta forma, as instituições na Amazônia devem convergir esforços e políticas para estabelecer as condições favoráveis para superar essas deficiências e, assim, melhorar o padrão de vida e as condições ambientais na Região. Particularmente, dois desses obstáculos estão merecendo empenho especial do Banco da Amazônia para sua superação, quais sejam: o baixo estoque de conhecimento científico gerado para atender as demandas sociais e produtivas da Região; e, a pouca amplitude dos serviços de assessoramento técnico prestado aos pequenos empreendedores. As iniciativas do Banco quanto ao primeiro problema foi abordado na segunda edição deste Boletim. Nesta, apresentam-se as contribuições que o Banco vem prestando no sentido de fortalecer as empresas públicas que executam serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na Região Norte. Esse é um assunto de interesse do Banco da Amazônia, pois reconhecendo suas nuances terá meios para contribuir, em cada localidade, na ampliação das parcerias e ações que já estão sendo realizadas. Lendo esta edição do Contexto Amazônico todos ficarão sabendo um pouco mais acerca dessa iniciativa pioneira. Veja o que tem sido feito. Engaje-se e contribua a estreitar, ainda mais, as relações positivas entre o crédito de fomento e os serviços de ATER. Assim, todos podem contribuir na construção de um processo de desenvolvimento mais sustentável para a Amazônia. Boa leitura!

1 IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS DE ATER AGRÍCOLA PARA O DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do setor rural proporciona elevada contribuição ao sistema econômico, uma vez que assume as funções de produzir alimentos e matérias-primas, liberar mão-de-obra para a agroindústria e indústria, criar mercados para produtos de outros setores, gerar poupança interna e obter divisas a partir da exportação de produtos agrícolas.

Na Amazônia, como nas regiões e países menos dinâmicos, o problema do desenvolvimento agrícola está associado à questão da pobreza, da distribuição de renda e dos baixos níveis educacionais. Particularmente quanto à ação de fomento, um dos severos óbices verificados na Região tem sido, ao lado da deficiência tecnológica, a pouca oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), principalmente, aos empreendimentos de menor porte.

Os serviços de ATER têm uma história de mais de 50 anos no País. Surgem após a 2ª guerra mundial, patrocinados por instituições norte-americanas (FIGUEIREDO, 1984). No Brasil, a ATER foi um dos instrumentos que contribuiu para a modernização da agricultura, permitindo o surgimento dos atuais complexos agroindustriais e do processo de diferenciação entre os produtores rurais. Sabe-se que quando bem executados os programas de extensão rural são instrumentos poderosos de transformação, trazendo benefícios para as comunidades e cadeias produtivas envolvidas (GORA et al., 1998).

As empresas de ATER funcionam como intermediárias entre os produtores rurais e os agentes de crédito, pesquisa, fornecedores de insumos e outros comerciantes que se relacionam com o setor agrícola. Cumprem, portanto, uma função importante de administrar fluxos de informações em duplo sentido. Segundo Farrington (1995) assume as seguintes funções principais: i) diagnosticar as condições agroecológicas e socioeconômicas do agricultor e de suas oportunidades e limitações; ii) transmissão de mensagens (criação de consciência, capacitação, outras) através de cursos de formação e dos

meios massivos de comunicação; iii) oferecer *feedback* às instituições de pesquisa sobre as reações dos produtores rurais ante as novas tecnologias, visando refinar os futuros programas; iv) estabelecer vínculos com pesquisadores, planejadores públicos, ONGs, organizações de produtores, agentes financeiros e comerciantes.

As mensagens difundidas pela ATER fornecem informações sobre os programas públicos abertos à participação dos agricultores e em sentido inverso colhem a percepção destes para o aprimoramento das políticas. No aspecto eminentemente técnico, Umali-Deininger (1997) destaca quatro categorias relevantes de contribuições da informação para o produtor rural, mormente quanto a:

- **técnica de produção e cultivo**, tais como a semeadura e colheita, utilização dos fatores de produção, cuidados quanto a saúde animal, proteção das culturas e modelos para organizar a propriedade;
- **administração financeira**, tais como contabilidade, organização e gestão das finanças, e as questões jurídicas;

- **informação sobre o mercado e beneficiamento**, tais como a fixação de preços, marketing de oportunidades, processos de armazenagem, embalagem, transporte e as normas internacionais de qualidade e pureza;
- **desenvolvimento da comunidade**, como organização das Associações de Produtores.

O assessoramento do agricultor pelo serviço de ATER pode representar uma forma de seguro contra a eventualidade de pragas e doenças, alternância dos ciclos econômicos e outros problemas que requerem respostas rápidas. Isso impede que pequenas dificuldades, de impacto pontual, assumam proporções de danos econômicos para toda uma região ou país.

Foi pensando nesse vasto papel de contribuições e visando estabelecer um sistema eficiente de conhecimento e informação agrícola para o desenvolvimento rural da Amazônia que o Banco criou o Programa de fortalecimento para os órgãos de ATER da Região Norte, como será apresentado nas seções seguintes deste Boletim Técnico.

2 CONTEXTO DA CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO A ATER DESENVOLVIDO PELO BANCO DA AMAZÔNIA

Vários trabalhos apontam para a desestruturação dos serviços de ATER na Região, principalmente quanto a três questões emblemáticas: i) a extinção, em 1991, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) que desarticulou o sistema oficial de ATER e interrompeu o apoio federal aos órgãos oficiais, afetando a eficiência dos serviços prestados; ii) crise financeira das instituições estaduais de ATER, comprometendo sua capacidade de investimento e manutenção dos serviços, agravado pelo sucateamento da infra-estrutura física dessas instituições; iii) a falta de pessoal e de qualificação técnica adequada voltada aos novos desafios da ATER na Amazônia.

Apesar desses problemas não serem exclusivos da Região Norte, pois afetam adversamente a maioria dos estados brasileiros, esses efeitos foram mais traumáticos na Agricultura Familiar da Amazônia, devido suas especificidades ambientais e/ou geográficas, que acarretam custos e cuidados peculiares, e, também, em função da predominância da pequena propriedade rural na região e sua particular dependência dos serviços de ATER oficial.

Diante da dimensão desses problemas e das demandas dos órgãos oficiais de ATER, que se intensificaram ao final de 2003, reivindicando ajuda financeira do Banco para o seu fortalecimento, bem como, pleiteando isonomia

de tratamento ao apoio prestado, desde 1998, aos Órgãos de Pesquisa da Região fez com que o Banco da Amazônia estabelecesse um longo processo de conversação com as empresas de ATER. Internamente, desencadeou-se uma série de análises focando os aspectos técnicos, operacionais e jurídicos visando avaliar a possibilidade de prestar tal apoio.

O pioneirismo da proposta trouxe muitos questionamentos do ponto de vista da formalização dos convênios, do enquadramento contábil das despesas, da possibilidade ou não de se custear itens de investimento, embora houvesse certo consenso da área técnica do Banco sobre a relevância de se contribuir com o processo de fortalecimento do sistema de ATER, especialmente por seu caráter educativo e transformador junto aos agricultores familiares, indígenas entre outros.

Para o Banco da Amazônia, o apoio a ATER oficial potencializou-se como ferramenta que contribuiria na consecução de objetivos estratégicos para a região, no que tange a promoção do desenvolvimento econômico e social em bases mais sustentáveis. Além disso, a ATER possui impacto direto sobre as atividades do Banco, uma vez que o serviço é um divulgador dos programas de crédito rural, principalmente do PRONAF, assim contribuindo para sua

disseminação e fortalecimento. Soma-se a isso o fato de que o êxito de uma operação de crédito rural está diretamente associada à assistência técnica e capacitação dos agricultores.

Assim, o apoio a ATER estabeleceu-se a partir de uma postura pró-ativa, conciliando ações estratégicas de desenvolvimento regional e eficiência operacional do Banco. Tudo focando as demandas efetivas do público-alvo e as políticas públicas para a região, mormente às de crédito. A estruturação do apoio a ATER, baseou-se nos preceitos estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e sua viabilidade aconteceu a partir de parcerias com os Órgãos Estaduais de ATER, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e das Secretarias Estaduais ligadas ao desenvolvimento do meio rural.

Os recursos próprios destinados pelo Banco ao apoio financeiro a ATER foram da ordem de R\$ 3.000.000,00, ao ano, distribuídos entre os estados da região, conforme a densidade da população rural de cada estado, o IDH e o número de agricultores familiares, operações de crédito e municípios. Os percentuais a serem distribuídos ficaram assim definidos: Acre, 10,53%; Amapá, 10,52%; Amazonas, 14,04%; Pará, 31,58%; Rondônia, 12,28%; Roraima,

10,53%; Tocantins, 10,52%. O recurso teria o caráter não-reembolsável e necessidade de ser orçado a cada novo exercício, sendo a prestação dos serviços de ATER, ao público-alvo, a única contrapartida requerida.

Foi fundamental um debate com representantes da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), do MDA e do Banco para estabelecer os critérios mínimos a serem exigidos para a assinatura dos Convênios, entre eles: i) priorizar ações relacionadas aos arranjos produtivos identificados como prioritários para cada estado; ii) potencializar ações finalísticas de ATER, ao invés das atividades-meio; iii) apresentar cronograma físico-financeiro de desembolso conforme a execução de cada etapa do projeto; iv) estabelecer indicadores para aferição do sucesso das ações, além dos meros aspectos quantitativos (números de visitas realizadas, listas de presença em reuniões entre outros); v) firmar a interveniência das Secretarias Estaduais de Agricultura ou Produção, com vistas a garantir a sinergia das ações de ATER com as prioridades das políticas públicas do estado; vi) acompanhamento efetivo, por parte do MDA, das ações desenvolvidas pela ATER; vii) apresentar regularidade fiscal das empresas convenientes.

3 PRIMEIROS RESULTADOS PERCEBIDOS DA INICIATIVA

O primeiro convênio firmado foi com a Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal do Acre (SEATER), em 12/12/2005. Decorridos mais de dois anos da criação do Programa, os estados do Amazonas, Amapá e Roraima, ainda, não conseguiram cumprir as condicionantes para habilitação aos recursos. Os outros quatro estados não executaram a totalidade de seus planos de trabalho, demandando aditivos aos convênios assinados.

Os projetos, até então apresentados, priorizaram demandas financeiras da seguinte ordem: i) itens de investimento (aquisição de veículos utilitários, motocicletas, barcos, equipamentos de informática, softwear entre outros), 54% dos recursos disponibilizados; ii) capacitação de técnicos, 27%; iii) capacitação dos agricultores familiares, 11%; iv) reprodução de material (cartilhas, *folder*), 3%; v) acompanhamento e avaliação dos serviços prestados, 3%; vi) elaboração de sistemas de produção, 2%.

Os investimentos realizados nos Estados do Acre, Pará, Rondônia e Tocantins são apresentadas na Tabela 1. Cada Estado apresentou sua própria demanda de recursos segundo as necessidades específicas para execução de seu Plano de Trabalho.

Tabela 1 - Bens e serviços demandados pelas empresas de ATER's dos Estados do Acre, Pará, Rondônia e Tocantins, 2005 a 2007.

ITENS DEMANDADOS	Unidade			
	AC	PA	RO	TO
1 Infra-estrutura				
Motocicletas	20	18	11	0
Automóveis utilitários	0	10	0	10
Pick up	0	0	3	0
Voadeiras e lanchas	0	11	0	0
Microcomputador	10	0	0	0
Antena para GPS	7	0	0	0
Impressora jato de tinta / No break	10	0	0	0
Softwear p/ proces. Imagem de satélite e carta topográfica	0	146	0	1
Televisão, Retroprojektor, DVD, Máquina digital	2	0	16	8
2 Capacitação				
Oficinas diversas	137	2	2	0
Cursos de capacitação diversos	3	26	7	3
Missão técnica e assessoramento	0	0	6	5
Intercâmbio	0	13	0	1
Acompanhamento e avaliação das ações ATER - reuniões.	0	10	0	0
Dia de campo	0	0	5	0
Reprodução de <i>folders</i> e cartilhas	0	0	73.500	0
Revisão e elaboração de sistema de produção	0	0	5	0
Seminário	0	0	0	1

Fonte: Projetos/Planos de Trabalho das empresas de ATER's dos Estados do Acre, Pará, Rondônia e Tocantins.

De certa forma, como constata Caporal e Ramos (2006), apesar do orçamento nacional de ATER ter crescido cerca de 12 vezes entre 2003 e 2006, não se observou o rompimento da enorme força de inércia que faz com que os serviços sigam pautados por velhas práticas e carentes de uma gestão compatível com os novos desafios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser precoce discorrer sobre os resultados do apoio financeiro prestado a ATER, pois o ciclo completo de vigência dessa experiência ainda não se encerrou, pode-se aventar acerca da necessidade de se avançar, significativamente, no estabelecimento de indicadores para avaliar o sucesso dos serviços prestados, em várias dimensões, como: i) econômica (melhoria no nível de renda, acesso aos mercados, agregação de valor, diversidade e estabilidade da produção, adimplência ao crédito entre outros); ii) social (melhoria na dieta alimentar, nas condições de moradia e saúde, participação dos jovens e mulheres na decisão, acesso a educação, participação em associações de produção); iii) gestão (democratização da gestão); iv) ambiental (redução dos impactos ambientais, aumento da biodiversidade nos agroecossistemas entre outros). Este mecanismo contribui, inclusive, para justificar e assegurar a manutenção do Programa.

Acredita-se, ainda, que as ações de ATER devam buscar maior alinhamento as políticas públicas de cada estado, convergindo esforços nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) consolidados como forma de se adensar iniciativas em prol do desenvolvimento endógeno em territórios

prioritários, ao invés de diluir esforços e diminuir as possibilidades de sucesso. Nestes dois casos, o MDA poderia prestar um assessoramento mais intensivo.

O Banco por sua vez, reconhecendo a necessidade de buscar maior efetividade na parceria, deverá avaliar e aperfeiçoar esta iniciativa, vindo a selecionar as futuras demandas a partir de projetos e ações integradas e transversais que valorizem critérios devidamente alinhados com os objetivos estratégicos do Programa e do desenvolvimento mais sustentável da Amazônia.

Espera-se com essa iniciativa, contribuir com o desenvolvimento sustentável regional, a partir da garantia da maior eficiência e cobertura dos serviços de assistência técnica e extensão rural aos segmentos de Agricultura Familiar, Assentados pelo INCRA e Comunidades Tradicionais (remanescentes de quilombos, indígenas, seringueiros, ribeirinhos outros). Desta forma, o Banco tem dedicado atenção especial no sentido de contribuir com a superação de alguns dos fatores substantivos dos quais dependem a maior eficiência produtiva e competitiva dos empreendedores regionais.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. In: MONTEIRO, D. M. C.; MONTEIRO, M. A. **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

FARRINGTON, J. The changing public role in agricultural extension. **Food Policy**, tomo 20, nº 6, dic 1995.

FIGUEIREDO, R. P. Extensão rural no Brasil: novos tempos. In: **Revista Brasileira de Tecnologia**. Brasília, v. 15(4), jul/ago. 1984.

GORA, A.; DOSSA, D.; CONTO, A. J. Avaliação socioeconômica das tecnologias geradas e difundidas pelo setor técnico da cooperativa AGRÁRIA - Estado do Paraná (1975-1994). In: **Anais da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural 1998**. p. 1050 - 1067.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. **Políticas de desarrollo agrícola: conceptos y principios**. Roma: FAO, 2004.

PROPOSTA para fortalecimento da ATER pública oficial na Região Norte. Belém, 29 jan. 2004. Correspondência encaminhada ao Banco da Amazônia pelos representantes de ATER Oficial da Região Norte.

REBELLO, F. K. Amazônia ideal ainda está distante. **O Liberal**, Belém, p. 57, 15 nov. 2006. Especial.

REBELLO, F. K.; CUNHA, S. J. T. LOBATO NETO, O. Fortalecimento da Ater pública na Região Norte: a experiência do Banco da Amazônia. In: **Anais do 4º Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Londrina, 2008. p. 478-483.

UMALI-DEININGER, D. Public and private agricultural extension: partners or rivals? **The World Bank Research Observer**, tomo 12, n. 2, agosto 1997.



A responsabilidade editorial do Boletim Contexto Amazônico é da (GEDER/COESE)

Elaboração do Texto

Fabício Khoury Rebello - GEDER/COESE
Sávio de Jesus Tourinho da Cunha - GEDER/CORIN
Oduval Lobato Neto - GEDER

Comissão de Publicação

Coordenador: Oduval Lobato Neto
Editores Técnicos: Marcos Antônio Souza dos Santos e Maria Lúcia Bahia Lopes
Supervisores: Oderle Milhomem Araújo e Alcilene Costa de Souza

Editoração

Paulo do Carmo Pereira